



GRUPO PARLAMENTAR

Partido Socialista AÇORES

GPPS/Açores insiste no pedido de acesso à correspondência entre o Governo e as instituições abrangidas na primeira fase da vacinação

Face às suspeitas levantadas na primeira fase da vacinação, o Secretário Regional da Saúde e do Desporto e os representantes das Instituições abrangidas foram ouvidos na Comissão de Assuntos Sociais, a 19 de fevereiro. “O Secretário Regional da Saúde referiu, por diversas vezes, nessa audição a existência de correspondência trocada com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas da Misericórdia dos Açores”, recorda Berto Messias. O GPPS pediu acesso a essa correspondência e agora, face a uma nova recusa do Governo, entende que deve reiterar esse pedido.

O Deputado do PS/Açores lembra que as notícias vindas a público nessa altura, provocaram fortes suspeitas sobre vacinação indevida de utentes e funcionários das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e nas Misericórdias dos Açores. Para além do pedido feito na própria audição, o GPPS entregou, no início de março, um requerimento a solicitar que a correspondência referida pelo governante fosse disponibilizada aos deputados da Assembleia Regional dos Açores.

Agora, passados dois meses desse requerimento, o Governo entende que não deve entregar esses documentos ao Parlamento dos Açores, alegando que estará a “violiar correspondência alheia” e referindo o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia.

Para Berto Messias, “a disponibilização dessa informação não incorre em nenhum ilícito e até reforça o processo de transparência que deve existir na comunicação entre o Governo e o Parlamento e no próprio processo de vacinação que decorre nos Açores”.

Recorda que “a correspondência em causa diz respeito às entidades tuteladas pela Secretaria Regional da Saúde e Desporto, pelo que não se trata de correspondência alheia”. E, acrescenta, “tendo em conta que em causa está correspondência institucional sobre procedimentos de vacinação, também não nos parece que a mesma se enquadre no referido regulamento europeu”.

Berto Messias, lembra que há “mecanismos de salvaguarda de identidades pessoais, em respeito pela Lei, antes da remessa de informação ao Parlamento” e que “essa informação até pode ser para consulta exclusiva de todos os deputados, cuja missão passa por escrutinar os procedimentos adotados no processo de vacinação nestas Instituições”.



GRUPO
PARLAMENTAR



Partido Socialista
AÇORES

O GPPS/Açores reitera o pedido para que seja remetida a informação solicitada, ou seja, “a documentação com a troca de correspondência entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas da Misericórdia dos Açores com a Secretaria Regional da Saúde e Desporto, desde o início do processo de vacinação de utentes e funcionários destas instituições, onde se engloba, obviamente, as entidades tuteladas pela referida Secretaria”.

Ilha Terceira, 27 de abril de 2021